

“Doe órgãos, doe sangue, salve vidas”

Ata da 59ª Reunião Ordinária do 2º Ano Legislativo, da 18ª Legislatura da Câmara Municipal de São Bento do Sul, realizada no dia 22 de novembro de 2018. Aos vinte e dois dias do mês de novembro, do ano de dois mil e dezoito, às dezenove horas, em São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, nas dependências da Câmara Municipal, sita à Rua Vigando Kock, nº 69. Presentes a totalidade dos senhores vereadores. Reuniu-se a Câmara Municipal, em sessão ordinária, sob a presidência do vereador Edimar Geraldo Salomon e secretariada pelo vereador Jairson Sabino. Havendo quórum legal, em nome de Deus foi aberta a sessão. Feita à leitura do Artigo 64 do Estatuto da Criança e do Adolescente, pelo vereador Marco Rodrigo Redlich. **ATA:** Discutida e aprovada à ata da 58ª reunião ordinária deste segundo ano Legislativo da 18ª Legislatura. **EXPEDIENTE:** Do Expediente constou: Ofício nº 489/2018 do Executivo Municipal, encaminhando os projetos de Lei nº 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210 e 211/2018, a seguir discriminados: projeto de Lei nº 197, autoriza a abertura de crédito adicional especial no orçamento vigente do Município; projeto de Lei nº 198, autoriza a abertura de crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município; projeto de Lei nº 199, autoriza a abertura de crédito adicional especial no orçamento vigente do Município; projeto de Lei nº 200, autoriza a abertura de crédito adicional especial no orçamento vigente da Câmara Municipal de Vereadores de São Bento do Sul; projeto de Lei nº 201, autoriza a abertura de crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município; projeto de Lei nº 202, autoriza a abertura de crédito adicional especial no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde; projeto de Lei nº 203, autoriza a abertura de crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde; projeto de Lei nº 204, autoriza a abertura de crédito adicional especial no orçamento vigente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE; projeto de Lei nº 205, autoriza a abertura de crédito adicional suplementar no orçamento vigente do IPRESBS; projeto de Lei nº 206, autoriza a abertura de crédito adicional suplementar no orçamento vigente do IPRESBS; projeto de Lei nº 207, autoriza a abertura de crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município; projeto de Lei nº 208, autoriza a abertura de crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município; projeto de Lei nº 209, ratifica a 1ª alteração e consolidação do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal Quiriri; projeto de Lei nº 210, altera o Código tributário Municipal, Lei nº 140, de 22 de dezembro de 1997, quanto às taxas ambientais; projeto de Lei nº 211, autoriza a abertura de crédito adicional especial no orçamento vigente do Município; Ofício nº 051 da Fundação Municipal de Desportos; projeto Legislativo nº 076 do vereador César Augusto Accorsi de Godoy, denomina de Guilherme Priebe, Rua do Município; Requerimento nº 122 do vereador César Augusto Accorsi de Godoy; Requerimento de Informação nº 110 do vereador Edimar Geraldo Salomon; Indicação nº 1383 do vereador Edimar Geraldo Salomon; Indicações nº 1384 e 1385 do vereador César Augusto Accorsi de Godoy e ofício do São Bento

“Doe órgãos, doe sangue, salve vidas”

Clube de Natação. **Correspondência Expedida:** Os ofícios expedidos constam na pauta, que é parte integrante da presente Ata. **ORDEM DO DIA:** Dentro da Ordem do Dia, o senhor presidente, encaminhou para as Comissões Técnicas, os projetos de Lei nº 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210 e 211/2018 do Executivo Municipal, bem como o projeto Legislativo nº 076/2018. Em discussão única e votação o Requerimento de Informação nº 110/18 – Edimar Geraldo Salomon – ao Executivo Municipal, com cópia a Secretaria Municipal de Educação, requerendo informações sobre a quantidade de alunos por sala para a Educação Infantil e quais critérios são observados e adotados pela Secretaria Municipal de Educação. Começando a discussão o vereador Edimar Geraldo Salomon disse que esteve em uma reunião com as atendentes educativas na semana anterior, onde elas trouxeram a preocupação em relação ao período escolar, principalmente no recesso nas escolas. Salomon incluiu em anexo ao Requerimento de Informação as Leis da área educacional, para que o Executivo faça um estudo para verificar a possibilidade de mudar alguma coisa que hoje acontece com as atendentes educativas. Na reunião foi explicado que não seria possível o Legislativo fazer o projeto, pois teria vício de origem, mas junto ao requerimento está sendo encaminhada, também, a Indicação nº 1383, onde fizeram várias sugestões para que haja mudança na questão do atendimento das atendentes. No dia anterior a esta sessão, a secretária de educação, Rosemary e a diretora de ensino, Adriane estiveram na Câmara de Vereadores para conversar sobre o caso dessas atendentes. Um dos problemas das atendentes é que as professoras entram em recesso e as atendentes educativas continuam cuidando das crianças, só que sem o acompanhamento das professoras. Salomon até citou, na reunião com a secretária de educação, de se ter sobreaviso, podendo ser até de atendentes, não tendo sentido e nem sendo possível ficar sozinho cuidando das crianças. Atualmente não há Lei ou ato normativo para regulamentar nesse sentido, apenas instruções gerais sem efeito vinculante. Foram colocados vários pontos nesse Requerimento de Informação e assim que receber a resposta, irá propor uma reunião com a secretária, a diretora de educação e as atendentes para conversarem sobre o sobreaviso. A pior situação que acontece na educação é as coisas que são acertadas verbalmente, mas não constam na Lei. Um dos problemas que também está sendo levantado é sobre salários, sendo muito pouco para cuidar de várias crianças, e comparando, qualquer diarista ganha muito mais que as atendentes e professores. Continuando a discussão, o vereador Fernando Mallon disse que existem critérios para a quantidade de alunos em sala de aula, sendo tudo dependendo a idade dos alunos, conforme consta na Lei nº 2893 de 09 de outubro de 2011. Se a secretaria não está atendendo esse numero de alunos, está descumprindo a Lei. E sobre a licença-prêmio precisa verificar a questão do gozo, onde sabe de um caso que o servidor está com duas férias vencidas e uma licença-prêmio e a Prefeitura não permite que ele goze essa licença-prêmio e nem pagam em pecúnia, porque alegam que não tem dinheiro. Sobre a hora atividade, Mallon entende que a Lei federal nº 11.738 de 16 de julho de 2008 atende também as atendentes, mas demanda

“Doe órgãos, doe sangue, salve vidas”

de um estudo mais detalhado para dar a certeza. O estatuto fala de vinte por cento de hora atividade, que hoje não está se cumprindo. Em Rio Negrinho houve uma ação por parte dos profissionais da educação que foram até o Ministério Público e expuseram que lá também não estava cumprindo o 2/3. Lá houve o estudo do Ministério Público e eles firmaram o TAC com o Município. Mallon prometeu as profissionais que irá marcar uma reunião com o Ministério Público para que eles tomem conhecimento e forcem o Município a cumprir o 1/3, 2/3 através do TAC. Mas irá cuidar para que não se cometa a omissão que cometeram em Rio Negrinho, onde até eles firmarem esse TAC as profissionais precisam receber a mais pelo horário trabalhado. Continuando a discussão, o vereador Jairson Sabino disse que a ex-vereadora Adriane Ruzanoswky fez uma Lei que não poderia se consumir bebida de álcool em via pública, mas quando chega alguma festa paralela o prefeito faz um decreto, ficando toda a bagunça nas vias. Neste caso é igual, a Lei diz que as crianças precisam de professoras e atendentes em tempo integral, mas quando chega janeiro e fevereiro, eles decidem que só o atendente da conta. Sabino gostaria de saber o que pensam os pais sobre esse tipo de situação. Para providenciar um local seguro para as crianças, a responsabilidade é do empregador, e não da Prefeitura. Se a empresa não é atividade fim ela poderá firmar convênio com o Poder Público, o que se acontece muito é a classe política pedindo dinheiro nas empresas, e depois os empresários querem colocar os filhos de seus funcionários na creche pública, fazendo convênio com a Prefeitura de um valor menor do que realmente custa uma criança. Com aparte o vereador Fernando Mallon lembrou que antigamente as pessoas que não trabalhavam, podiam deixar somente meio período às crianças nas creches, e hoje não se faz mais isso, mesmo as pessoas em casa, eles mandam as crianças para a creche e ainda para ficar o dia inteiro. Novamente com a palavra, o vereador Jairson Sabino disse que antigamente os pais não pagavam tanto de imposto que nem pagam hoje, tudo isso porque o governo quer liberar merenda, uniforme e material. Muitas pessoas que andam com carro importados deixam as crianças nas creches públicas e as pessoas que realmente precisam não conseguem vagas. Continuando as discussões, o vereador Peter Alexandre Kneubuehler disse que é um requerimento bastante simples, e de tempos em tempos precisa se rever os comportamentos. As Leis não devem ser coisas que se façam hoje e nunca mais se olhem para elas, elas precisam de tempos em tempos mudar. Continuando a discussão, o vereador Marco Rodrigo Redlich disse que também foi procurado por um grupo de atendentes para representar elas junto ao Executivo com algumas situações, e um exemplo é sobre a aposentadoria delas que é diferente de professores. As atendentes educativas, em 2012, estavam no quadro de administração, e nesta data foi feito todo um estudo para a área administrativa ter os mesmos privilégios que a área do magistério. Também nessa época foi à única oportunidade que o atendente educativo ganhou um ganho real grande no seu vencimento, ganhando mais de vinte e cinco por cento. Desde 2012 pode se perceber que os atendentes voltaram para a estrutura educacional dos professores, mas a questão é se entra na função pedagógica ou não. Se fosse pedagógica, se exigiria o

“Doe órgãos, doe sangue, salve vidas”

magistério, a classificação seria outra e o piso seria outro, mas como é médio o salário é o que está determinado hoje. Essa luta é uma luta difícil e complexa, e qualquer mexida provoca uma grande mudança financeira, mas é uma luta que precisa ser lutada aos poucos, então Redlich admira a categoria quer fazer a melhoria. Com aparte, o vereador Jairson Sabino disse que a Ana Paula Soares está assistindo a sessão e questionou se eles sugerem que os professores não tenham férias. O vereador Sabino responde não há essa sugestão e que seria contra a Lei, mas questiona porque as férias são dadas juntas e não separadas. Novamente com a palavra, o vereador Marco Rodrigo Redlich disse que de novo a barreira é o impacto financeiro, precisando ter um funcionário a mais para ficar no lugar do profissional em férias. A Prefeitura tem outro problema que o vereador Daguiomar abordou na palavra livre da sessão passada, que é sobre atestados e que a educação é a área onde mais se os apresenta, e sabe que isso faz com que o trabalho seja prejudicado, ficando impossível de o gestor conciliar tudo. Continuando a discussão, o vereador Daguiomar Nogueira disse que já foi discutido na Casa sobre o rombo financeiro para acompanhar financeiramente e dar sustentabilidade para futuro, o volume é absurdo daquilo que a Prefeitura terá que retirar para cobri-lo. Hoje o pedagogo tem quinze minutos de descanso, mas atendentes não têm, tendo que trabalhar esses quinze minutos a mais sozinha, não recebendo nada por isso. Uma possibilidade é o CRAS que se todos tivesse o cadastro lá, todos saberiam quem é quem, o que hoje não se tem. Se for colocar o IPRESBS junto, não se tem solução em curto prazo e nem em longo prazo ficando até pior ainda. Daguiomar sugere que se crie uma comissão para discutir tudo isso. Quando se expressou na palavra livre da sessão passada, Daguiomar quis dizer que existem pessoas que necessitam do atestado, existe pessoas que faltam porque o colega faltou e existem pessoas que faltam porque o médico ajudou e é contrario por tudo que acontece na cidade. Continuando a discussão, o vereador Jaime Pedro Ferreira de Lima disse que tudo que foi falado é pertinente e precisa sim ver a valorização de todas as categorias. O primeiro passo foi dado e se todas continuarem juntas chegará aos seus objetivos. Sobre os atestados, Jaime diz que nenhum médico quer prejudicar o Município. Continuando a discussão, o vereador Edimar Geraldo Salomon disse que não acredita que alguém minta sobre o seu estado de saúde querendo somente faltar ao serviço. Salomon está pedindo para que todas sejam consideradas educadoras, até sendo mais valorizadas, pois tem uma preocupação bem maior do que as professoras que já pegam as crianças com certa idade para educar, sendo a creche, outro departamento. Com aparte, o vereador Daguiomar Nogueira disse que acredita ter um problema sério quanto à migração das educadoras, e a sua sugestão é para que se abra um concurso interno, se a educadora passa a ter um magistério. Novamente com a palavra, o vereador Edimar Geraldo Salomon disse que algumas delas têm a formação, mas não tem o direito de receber, por isso estão solicitando para que a prefeitura faça um projeto de Lei verificando a situação. Elas também têm interesse em crescer, então elas buscam o aperfeiçoamento, mas não são reconhecidas, nem humanamente, nem profissionalmente. Salomon

“Doe órgãos, doe sangue, salve vidas”

conversará com a secretária de educação para ter uma reunião antes de fazerem qualquer alteração. Ninguém mais querendo se manifestar, foi colocado em votação e aprovado por unanimidade o Requerimento de Informação nº 110/18. Em segunda discussão e votação o projeto de Lei nº 191/18 – Executivo Municipal – institui o Programa de Incentivo Fiscal – PIF/2018 para o pagamento de débitos tributários inscritos em dívida ativa, e dá outras providências. Começando a discussão, o vereador Claudiomar Wotroba disse que a Prefeitura tem para receber em torno de R\$123 milhões e esse programa e para incentivar as pessoas que estão devendo, e se fosse pago todo esse valor, poderia ser feito 123 km de asfalto. Esse programa tem seis parcelas para pagamento com descontos de juros e multas dependendo em quantas parcelas quer pagar, tendo a parcela mínima de R\$50,00 reais. Continuando a discussão, o vereador Fernando Mallon questiona o Líder de Governo de como anda os executivos fiscais. Com aparte, o vereador Peter Alexandre Kneubuehler disse que está sendo feito até o ano de 2017. Novamente com a palavra, o vereador Fernando Mallon disse que assim corta a cultura de postergar imposto para pagar depois de cinco anos, tendo mais vontade de votar o projeto agora, assim dando um incentivo para a população fazer o dever de casa. Continuando a discussão, o senhor presidente Edimar Geraldo Salomon disse que se o Município conseguir dez por cento, já dá um bom impulso. Salomon acha que se contempla mais uma vez a pessoa que não paga e detrimento a pessoa que paga. Continuando a discussão, o vereador Fernando Mallon questionou se a multa também está inclusa nesse programa, sendo somente uma curiosidade que o surgiu. Com a palavra, o senhor presidente Edimar Geraldo Salomon disse que esperará que a turma não pife e pague. Ninguém mais querendo se manifestar, foi colocado em votação e aprovado por unanimidade o projeto de Lei nº 191/18. Em segunda discussão e votação o projeto de Lei nº 192/18 – Executivo Municipal – ratifica acordo celebrado entre o município de São Bento do Sul, Magno Bollmann, Luiz Antonio Novaski e Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Ninguém querendo se manifestar, foi colocado em votação e aprovado por unanimidade o projeto de Lei nº 192/18. Em segunda discussão e votação o projeto de Lei Legislativo nº 074/18 – Marco Rodrigo Redlich – altera o Art. 1º da Lei nº 274 de 16 de abril de 1991. Começando a discussão, o vereador Marco Rodrigo Redlich disse que se trata de uma ampliação da Rua Max Malschitzky que no projeto anterior tinha uma dimensão menor do que se é hoje, ficando a Lei de acordo com o que a rua apresenta. Ninguém mais querendo se manifestar, foi colocado em votação e aprovado por unanimidade o projeto de Lei nº 074/18. Em segunda discussão e votação o projeto de Lei Legislativo nº 075/18 – Peter Alexandre Kneubuehler – declara de utilidade pública o Instituto de Desenvolvimento Integral – IDI. Começando a discussão, o vereador Peter Alexandre Kneubuehler disse que tiveram que fazer outro CNPJ porque mudaram o endereço para poderem atender o Lar de Menores no bairro Schramm, o outro CNPJ já tem o certificado de Utilidade Pública e para que o novo CNPJ tenha o certificado e assuma as novas funções sociais em atendimento a pessoas em varias áreas, precisa da autorização do

“Doe órgãos, doe sangue, salve vidas”

Legislativo. Continuando a discussão, o senhor presidente Edimar Geraldo Salomon questionou como ficará o CNPJ antigo. Com aparte, o vereador Peter Alexandre Kneubuehler disse que ele permanece e os dois CNPJ ficam com o certificado, mas continuarão prestando o serviço normalmente, ficando duas entidades com o mesmo nome, mas com CNPJ diferente. Isso porque não tem como vincular o novo CNPJ ao antigo para que ele possa usufruir dos benefícios da Utilidade Pública. Novamente com a palavra, o senhor presidente disse que só questionou para ver se no futuro, e juridicamente não terá problema. Com aparte, o vereador Fernando Mallon disse que é uma nova pessoa jurídica que fazem trabalhos complementares ao outro por isso está se pedindo a esse. Continuando a discussão, o vereador Daguimar Nogueira disse que quando fizeram a solicitação para o abrigo de menores, exigia-se toda uma documentação que o CNPJ que estava em Oxford atendia. Porém, juridicamente, não poderia ficar lá, porque o endereço do serviço a ser prestado era outro, mas lá ficou descoberto então para que lá não ficasse descoberto, diferenciou o nome e registrou um novo CNPJ para atender os projetos sociais do endereço de Oxford. Novamente com a palavra, o senhor presidente disse que era só uma preocupação, mas se já foi verificado juridicamente, tudo bem. Ninguém mais querendo se manifestar, foi colocado em votação e aprovado por unanimidade o projeto de Lei Legislativo nº075/18.

PALAVRA LIVRE: oito vereadores inscritos na palavra livre, com abstenção dos vereadores **César Augusto Accorsi de Godoy, Jaime Pedro Ferreira de Lima e Claudiomar Wotroba**. Primeiro a fazer o uso da palavra, vereador **Nivaldo Bogo** que se absteve. Próximo, vereador **Peter Alexandre Kneubuehler** registra o Dia do Músico, 22 de novembro, registra o falecimento do senhor Joalberto Kalempa e do senhor Guido Nossol. Próximo, vereador **Marco Rodrigo Redlich** registra o convite do projeto JEEP da Escola Basélisse na Urca que trabalham empreendedorismo com as crianças, e através do projeto cada turma de alunos montou o negócio e está vendendo seus produtos. Um trabalho como esse, desperta o empreendedorismo nas crianças. Próximo, vereador **Edimar Geraldo Salomon** disse que presenciou a reunião dos contabilistas do Hotel Serra Alta e também esteve na Ortobom representando todos os vereadores. Também registra o falecimento dos senhores Joalberto Kalempa e do senhor Guido Nossol. Salomon disse que a partir de amanhã farão contato para ver sobre a reunião que já foi solicitado com a secretária e a diretora de educação, e assim que resolverem uma data entrarão em contato com as educadoras. Próximo, vereador **Fernando Mallon** disse que um dia anterior foi visitar a escola Escola Annelize Beckhauser Mallon para ver se está tudo ocorrendo bem, e viu que os alunos estão gostando de estudar lá. A bibliotecária da escola fez o pedido para que se arrecade livro infantil e entregue na escola, pois querem aumentar a biblioteca. Mallon entrará com estante para os livros. Mallon colocou que por toda a sua vida olhará pela escola, mesmo não estando em função pública. Com aparte, o senhor presidente Edimar Geraldo Salomon disse que estará verificando para ver o que pode ser possível para colaborar. Próximo, vereador **Jairson Sabino** registra o falecimento da senhora Terezinha Siqueira e do senhor Livino

“Doe órgãos, doe sangue, salve vidas”

Tureck prefeito de Piên. Sabino felicita os educadores da música. Um ouvinte está falando sobre sonegação de impostos de empresas fantasmas em São Bento do Sul, é um assunto a ser levantado pela fiscalização. Outro cidadão fala sobre a ampla divulgação na mídia que o pessoal foi pego de surpresa na Estrada Rio Negro. Com aparte, o vereador Marco Rodrigo Redlich disse que está programado para Sábado, dia 24/11 a reposição do asfalto na Estrada Rio Negro. Novamente com a palavra, o vereador Jairson Sabino questionou se é só no transito ou haverá cortes de agua. Com aparte, o vereador Marco Rodrigo Redlich disse que só no Transito. Próximo, vereador **Daguimar Nogueira** enaltece a luta dos educadores onde se juntam e procuram o crescimento. Mostra também uma foto do projeto do mercado Mig, onde querem mudar a entrada e o desvio que irão fazer. Com aparte, o senhor presidente questionou se a saída continua na Rua José Linzmeyer. Novamente com a palavra, o vereador Daguirnar Nogueira disse que sim, que a entrada terá a terceira alternativa, mas a saída terá duas, nenhuma pelo lado da rodovia. Com aparte, o senhor presidente disse que a grande preocupação do local é realmente a saída. Não havendo mais nada a se tratar, o senhor presidente Edimar Geraldo Salomon agradeceu à presença de todos e convocou os vereadores para a próxima sessão ordinária, que se realizará no dia 26 de novembro de 2018, às 19h00min. Sala das Sessões, 22 de novembro de 2018.

EDIMAR GERALDO SALOMON
Presidente

NIVALDO BOGO
Vice-Presidente

JAIRSON SABINO
Primeiro Secretário

JAIME PEDRO FERREIRA DE LIMA
Segundo Secretário

CÉSAR AUGUSTO ACCORSI DE GODOY

CLAUDIOMAR WOTROBA

DAGUIMAR NOGUEIRA

FERNANDO MALLON

MARCO RODRIGO REDLICH

PETER ALEXANDRE KNEUBUEHLER